



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

NOTA TÉCNICA Nº 02/2014 – 2ª CCR

SOLICITANTE	Dr José Bonifácio Borges de Andrada – Coordenador da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão
EMENTA	Informações sobre as ações do MPF referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo. Dados extraídos do Sistema Único do MPF e compilados no BI – Escravidão Contemporânea.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista a solicitação da Coordenador da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, o Subprocurador-Geral da República José Bonifácio Borges de Andrada, foi elaborada a presente Nota Técnica com base nos dados extraídos do Sistema Único do MPF e compilados no BI – Escravidão Contemporânea.

Os dados solicitados são os seguintes:

- 1) Ações Penais instauradas em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo;
- 2) Inquéritos Policiais instaurados em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo;
- 3) Notícias de Fato autuadas em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo;
- 4) Procedimentos de Investigação Criminal autuadas em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo; e
- 5) Procedimentos Administrativos autuados em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo.

2. SISTEMA DE COLETA DOS DADOS

Os dados obtidos provêm da extração de informações da base formada por meio da ferramenta *Business Intelligence* sobre trabalho escravo, disponível na intranet do MPF. Esta ferramenta compila dados do Sistema Único do MPF,

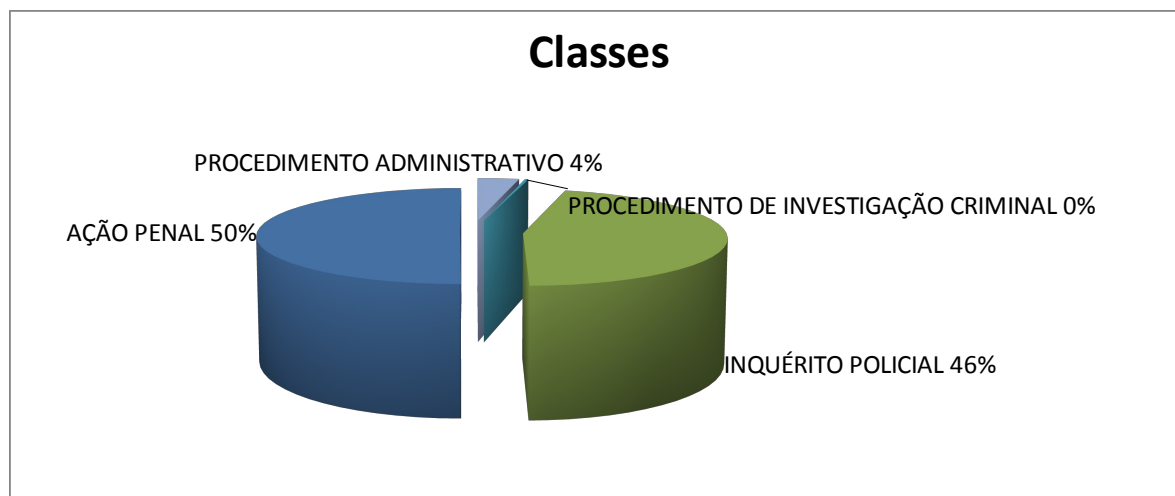
3. DADOS COLETADOS

As informações coletadas foram sumarizadas por estado e agrupadas em quatro classes: ações penais, inquéritos policiais, procedimentos de investigação criminal e procedimentos administrativos.

Redução a condição análoga à de escravo (Código Penal, art. 149)

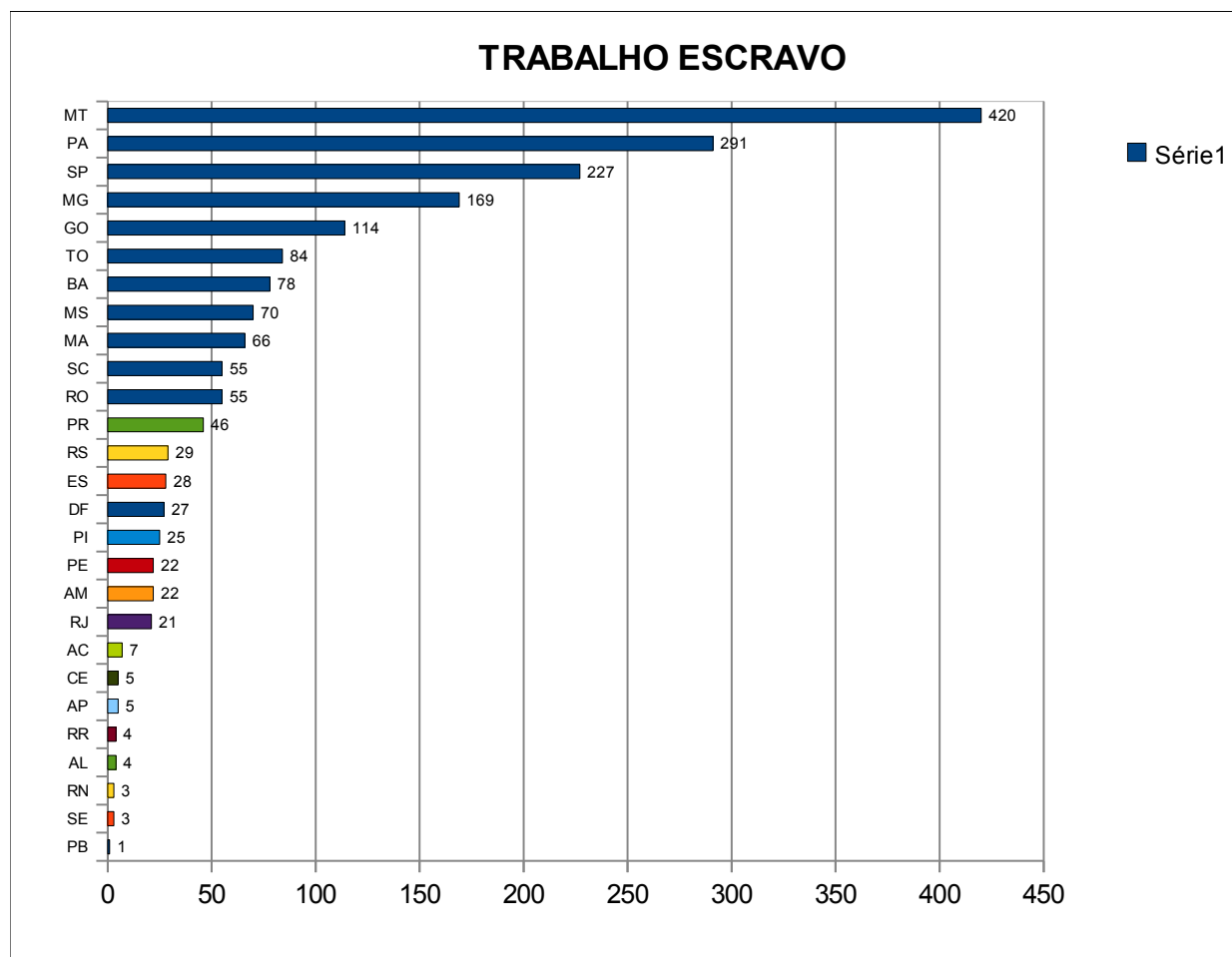
PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO									
ESTADO	AÇÃO PENAL		INQUÉRITO POLICIAL		PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL		PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO		TOTAL
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	
PB	1	100,0%							1
SE	3	100,0%							3
RN	3	100,0%							3
AL	3	75,0%			1	25,0%			4
RR	4	100,0%							4
AP	1	20,0%	4	80,0%					5
CE	1	20,0%	4	80,0%					5
AC	5	71,4%	2	28,6%					7
RJ	14	66,7%	7	33,3%					21
AM	9	40,9%	13	59,1%					22
PE	8	36,4%	14	63,6%					22
PI	13	52,0%	12	48,0%					25
DF	1	3,7%	24	88,9%			2	7,4%	27
ES	18	64,3%	6	21,4%			4	14,3%	28
RS	3	10,3%	19	65,5%			7	24,1%	29
PR	25	54,3%	21	45,7%					46
RO	28	50,9%	22	40,0%	5	9,1%			55
SC	27	49,1%	25	45,5%			3	5,5%	55
MA	40	60,6%	19	28,8%			7	10,6%	66
MS	26	37,1%	33	47,1%			11	15,7%	70
BA	54	69,2%	24	30,8%					78
TO	65	77,4%	19	22,6%					84
GO	39	34,2%	74	64,9%			1	0,9%	114
MG	49	29,0%	119	70,4%			1	0,6%	169
SP	58	25,6%	169	74,4%					227
PA	216	74,2%	63	21,6%			12	4,1%	291
MT	229	54,5%	171	40,7%			20	4,8%	420
Total	943		864		6		68		1881
%	50%		46%		0%		4%		

Redução a condição análoga à de escravo (Código Penal, art. 149)

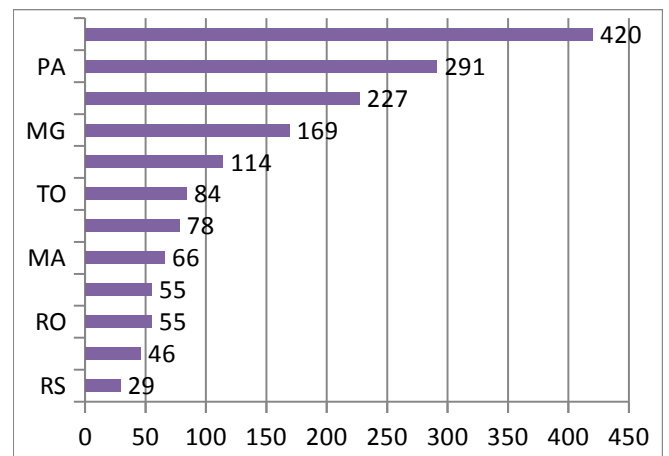
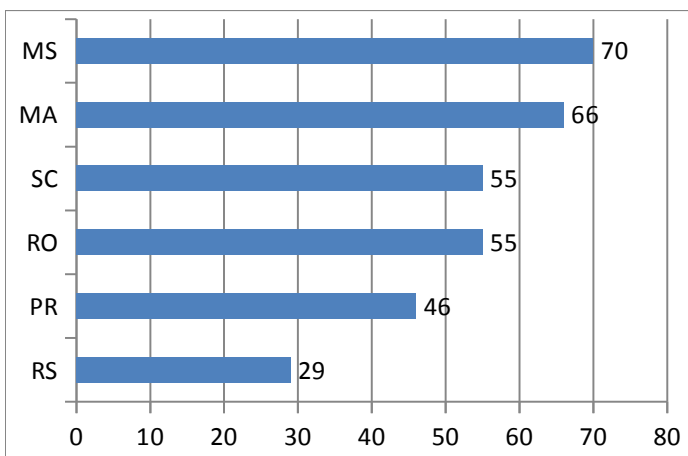
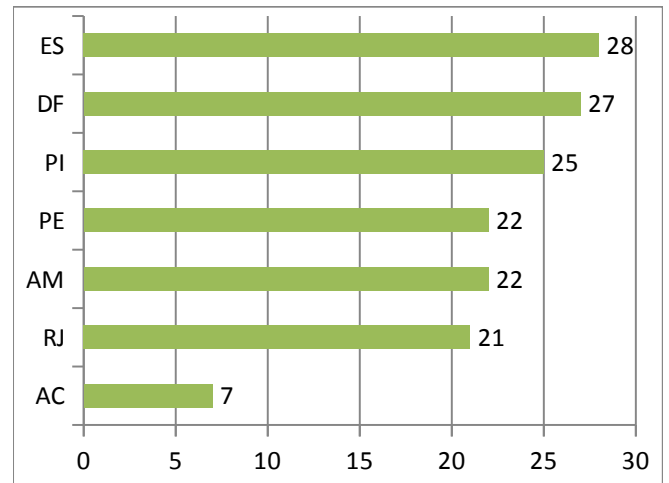
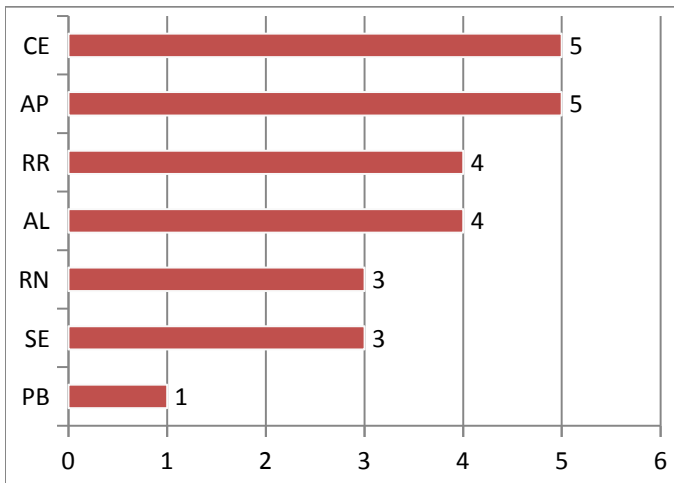


Redução a condição análoga à de escravo (Código Penal, art. 149)

Perfil por estado



Estados com perfis similares



É a Nota.

Brasília, 14 de julho de 2014.

Reginaldo de Souza Santos
Técnico Administrativo – 2ª CCR